



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDICÍPLINARES**

CARMITA ALVES DE OLIVEIRA

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

**PATOS – PB
2014**

CARMITA ALVES DE OLIVEIRA

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

**PATOS-PB
2014**

O48p Oliveira, Carmita Alves de
O processo de inclusão e a relação professor-aluno
[manuscrito] / Carmita Alves de Oliveira. - 2014.
35 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Prát. Pedag.
Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Me. Odilon Avelino da Cunha, CCEA".

1. Inclusão de deficiente. 2. Criança com deficiência. 3.
Educação inclusiva. I. Título.

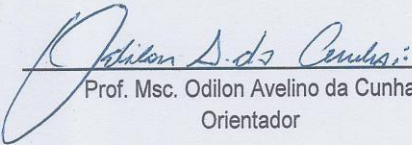
21. ed. CDD 371.9

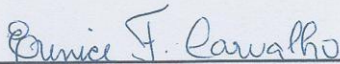
CARMITA ALVES DE OLIVEIRA

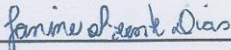
O PROCESSO DE INCLUSÃO E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 26 de julho de 2014


Prof. Msc. Odilon Avelino da Cunha
Orientador


Prof. Msc. Eunice Ferreira Carvalho
Examinadora


Prof. Msc. Janine Vicente Dias
Examinadora

A **Deus**, à força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Por essa razão, gostaria de dedicar e reconhecer ao Senhor o meu agradecimento maior, porque têm sido tudo em minha vida.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais (IN MEMORIAN), irmãos, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Odilon pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Meu muito obrigado por tudo o que vocês representam em minha vida.

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.”

MANTOAN

RESUMO

Os educadores deste novo século se deparam com salas repletas de alunos e entre esses alunos estão presentes cada vez mais as crianças com deficiência, elas têm por direito um lugar na sala de aula e os professores precisam estar preparados para recebê-las, acolhê-las, e acima de tudo entendê-las como capazes, porém com limitações naturais. Busca-se através desse estudo compreender melhor o processo inclusivo dessas crianças, seus marcos legais, os desafios e avanços da educação inclusiva no Brasil. Este trabalho tem o objetivo de analisar a inclusão de crianças com deficiência do ponto de vista legal, bem como a importância da figura do professor e da relação professor-aluno para o sucesso da inclusão na escola. O trabalho permeia pela questão da inclusão das crianças com deficiência, com isto pretende-se apresentar as leis que garantem este direito, diante de tantos debates sobre inclusão de professores, pais, governantes e outras entidades que se preocupam com a inclusão.

Palavras chave: inclusão, deficiências, crianças, educadores.

ABSTRACT

The educators of this new century are faced with rooms full of pupils and students are present between these increasingly disabled children, they have rightfully a place in the classroom and teachers need to be prepared to receive them, welcomes them and above all able to understand them, but with natural limitations. Search through this study to better understand the process inclusive of these children, their legal frameworks, challenges and advances in inclusive education in Brazil. This paper aims to examine the inclusion of children with disabilities from a legal standpoint, as well as the importance of the figure of the teacher and the teacher-student relationship to the success of inclusion in school. The work permeates the issue of inclusion of children with disabilities, it is intended to introduce laws that guarantee this right in front of so many debates about inclusion of teachers, parents, governors and others who care about inclusion.

Keywords: inclusion, disabilities, children, educators.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E ABORDAGEM LEGAL	12
1.1 Inclusão: Conceituação e caracterização.....	12
1.2 A Inclusão e as Bases legais.....	14
2. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
2.1 Formação Docente para a Inclusão.....	19
2.2 A importância da relação professor-aluno para a inclusão.....	22
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NECESSIDADES E DESAFIOS	25
3.1 A necessidade da construção de uma Escola Inclusiva.....	25
3.2 O desafio de implantar a Educação Inclusiva na escola regular.....	29
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

O tema inclusão tem sido alvo de debate por muitos estudiosos, visto que o sistema educacional pretende incluir crianças com deficiências em salas de aula regulares. Esse tema tem alta relevância acadêmica, pois contribui para a ampliação do debate, permitindo através de uma revisão bibliográfica analisar essa relação inclusiva com a escola.

Os educadores deste novo século se deparam com salas repletas de alunos e entre esses alunos estão presentes cada vez mais as crianças com deficiência, elas têm por direito um lugar na sala de aula e os professores precisam estar preparados para recebê-las, acolhe-las, e acima de tudo entendê-las como capazes, porém com limitações naturais. Busca-se através desse estudo compreender melhor o processo inclusivo dessas crianças e contribuir para a compreensão e estudo de outros profissionais.

Ao longo dos séculos, as pessoas com deficiência sofreram diversos tipos de preconceitos, viveram durante muito tempo de forma segregada, vistos como incapazes, sem inteligência, sem direito de freqüentar a escola e de participar de qualquer segmento da sociedade. Mas nas últimas décadas, através dos esforços dos movimentos sociais humanistas, bem como de uma mudança na visão de muitos teóricos que apontaram uma educação de qualidade para todos, direitos iguais para todos os cidadãos muitos avanços foram conquistados.

Este trabalho tem o objetivo geral de analisar a inclusão de crianças com deficiência do ponto de vista legal, bem como a importância da figura do professor e da relação professor-aluno para o sucesso da inclusão na escola. Os objetivos específicos são respectivamente: a) mapear avanços e dificuldades no processo de inclusão nas escolas; b) Identificar o papel do professor no processo de inclusão; c) delimitar o marco legal que rege a educação inclusiva no Brasil.

O trabalho permeia pela questão da inclusão das crianças com deficiência, com isto pretende-se apresentar as leis que garantem este direito, diante de tantos debates sobre inclusão de professores, pais, governantes e outras entidades que se preocupam com a inclusão.

No primeiro capítulo desse trabalho abordamos a delimitação conceitual e as bases legais da Educação Inclusiva, buscou-se ao longo do texto conceituar e caracterizar a Educação Inclusiva e mostrar as principais Leis e Decretos que regem o direito à educação para as pessoas com deficiência.

O segundo capítulo tem como foco o papel do professor na educação inclusiva, trazendo reflexões sobre a necessidade de uma formação docente para que a Inclusão aconteça eficazmente na escola e mostra a importância da relação professor-aluno para o processo de inclusão.

Já o terceiro capítulo abordou a Educação Inclusiva com foco nas necessidades e desafios que são necessários superar para a construção de uma Escola Inclusiva e que preze pela qualidade no atendimento dos alunos com deficiência, o texto relata ainda sobre o desafio de implantar a Educação Inclusiva na escola regular.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E ABORDAGEM LEGAL

1.1 Inclusão: Conceituação e caracterização

O contexto conceitual sobre a inclusão fundamenta-se nas origens educacionais que comprometem governos, estados, escolas e famílias através de políticas públicas educacionais capazes de incluir todas as crianças, jovens e adultos sem qualquer tipo de discriminação.

Dessa forma à promoção e o desenvolvimento da educação inclusiva contribui para atender as diferentes dificuldades dos alunos, independente da situação pessoal, social, cultural ou econômica que orienta e valoriza a diversidade humana como recursos valiosos para o aperfeiçoamento docente.

De acordo com Carvalho (2007, p.19):

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para aprendizagem.

Percebe-se que a inclusão vai além de um modelo educacional a ser seguido ou contemplado, essa modalidade procura abranger princípios humanos pautados na aceitação e na inserção entre homens e mulheres, crianças e jovens de todas as raças e culturas presentes na sociedade. A partir dessa compreensão de inclusão é possível pensar sobre uma nova forma de agir, deixando de lado o preconceito e encarar as diferenças com naturalidade e respeito á diversidade.

Nessa dimensão, a inclusão não se limita apenas para alunos considerados deficientes, mas inclui outras diferenças que muitas vezes tornam a aprendizagem um obstáculo para o desenvolvimento cognitivo da criança. Nesse sentido a escola inclusiva diferencia-se da escola tradicional com relação ao padrão dos alunos. Na escola inclusiva os alunos apresentam necessidades consideradas especiais, quando na escola tradicional os alunos são considerados normais. Como afirma Barbosa (2006, p.39):

Nesse contexto, a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino deve: permitir a expressão das diferenças e dos conflitos; fazer valer a liberdade e a sabedoria; facilitar a convivência com o diferente, tanto do ponto de vista dos valores como dos costumes, das crenças, da religião, da expressão artística das capacidades e das limitações.

Considera-se que a educação como espaço inclusivo, é necessário criar mecanismos para sua participação efetiva, como agente principal de sua história familiar, educativa e o convívio social. Porém, não se trata de deixar despercebidas as diferenças individuais que se apresentam, mas é óbvio que para incluí-las é preciso cultivar e valorizar a cultura os costumes e saberes, como também a formação de seu caráter, as emoções e as descobertas do dia a dia.

Certamente, a educação inclusiva abrange vários aspectos e ações, em nome da democracia por meio de instituições de ensino credenciada que visa á acessão do educando com ênfase nos direitos humanos frente aos excluídos e marginalizados da sociedade.

Diante da complexidade do processo histórico e das constantes transições que o homem viveu como escravo de sua própria existência começando pela “marca” cultural de sua nação, raça, cor, gênero e outros, sendo incluído ou excluído pelas diferenças e segregação dominante.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “as condições impostas no passado e no presente são, sem sombra de dúvida, os maiores desafios para o homem”. (BRASIL, 2005) Para isso a inclusão social tem o objetivo de romper com as organizações civilizadas que predominam as mais diversas camadas sociais, colhendo o direito de muitos grupos desfavoráveis, conforme no passado os romanos instituíram escolas públicas para os filhos dos escravos obterem somente noções básicas para servirem aos seus senhores.

Através dessa realidade complexa, as sociedades construíram expressões que caracteriza e diferencia uma pessoa pela incapacidade ou falta de oportunidades de participar da vida em igualdade de condições com os demais. Segundo Sasaki (2005, p.54), O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda, um lugar

viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos necessidades e potencialidades”.

Nos dias atuais a sociedade vem cada vez mais cobrando um novo modelo de educação inclusiva que com base nas leis lutam por seus direitos e questionam a sociedade e o papel marginalizado que muitos lhes atribuem. Na verdade, trata-se de um processo que requer inclusão familiar, escolar, social que favoreça o desenvolvimento e crescimento humano de acordo com suas habilidades no exercício da cidadania.

1.2 A Inclusão e as Bases legais

Verifica-se que no Brasil e na Espanha a abordagem legal é constituída por marcos legais, que foram elaboradas e instituídas leis que asseguram e legitimam o direito e igualdade de todos ao acesso aos espaços escolares.

A Conferência Mundial sobre necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha) em junho de 1994, teve como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.(UNESCO, 1994)

Portanto, os princípios da educação inclusiva foram mais bem classificados com a divulgação da Declaração de Salamanca em 1994, que traz importante transformação conceitual em relação aos objetivos da educação inclusiva, modificando a forma de atendimento educacional das pessoas com deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem.

A Declaração de Salamanca, afirma que:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental á educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios.(BRASIL, 1994)

Observa-se diante de tal afirmação o direcionamento do direito à educação independentemente de diferenças e mais do que isso a garantia da oportunidade de aprendizagem dos conhecimentos escolares, ou seja, muito mais do que está na escola a criança precisa ter seu processo de ensino aprendizagem respeitado e desenvolvido com propriedade, o texto aponta ainda as individualidades de cada criança inclusive concernentes a aprendizagem. O texto acrescenta:

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. (BRASIL, 1994)

Observa-se que é a escola que precisa adequar-se ao aluno e não o aluno se adaptar a uma escola alheia às suas necessidades. A escola precisa se projetar para aceitar e trabalhar com essas diferenças, outro ponto importante é a garantia da vaga e matrícula em uma escola regular, reforçando desse modo o direito à igualdade de oportunidades e o dever da escola de colocar a criança como centro do processo de ensino aprendizagem, direcionando sua pedagogia para os fins do saber. A Declaração de Salamanca acrescenta ainda:

As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos;
Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais.(BRASIL, 1994)

Observa-se no texto que a escola ocupa um papel determinante na formação de uma sociedade que preze pela igualdade e exclua do seu meio não as pessoas com deficiência, mas sim a discriminação e o preconceito, acolhendo as diferenças como um ponto de fortalecimento da diversidade na escola. Para tanto, surge o conceito de necessidades educacionais especiais segundo o qual as escolas tende a encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Onde, a inclusão causa uma mudança de

perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos envolvidos no processo de inclusão dando um passo para caminhar em sociedade livre de preconceitos e limitações.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 utilizou os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, introduziu, no país, uma nova prática administrativa, representada pela descentralização do poder. Observa-se os seguintes artigos que delimitam os fundamentos e objetivos principais da República Federativa do Brasil:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(BRASIL, 1988)

Entre tantos direitos assegurados pela carta magna brasileira o artigo 5º da Constituição afirma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

A igualdade perante a lei sem distinções de qualquer natureza é um ponto forte na lei brasileira, pois a garantia de igualdade não exclui nenhum brasileiro seja ele deficiente ou não de seus direitos. No decorrer do texto constitucional os artigos e incisos se referem especificamente ao direito à educação, colocando o mesmo como um direito do cidadão e um dever do estado brasileiro bem como da família. Vejamos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (BRASIL, 1988).

Portanto a Constituição Federal em seus Artigos garante a todos o direito e o acesso à escola, sendo assim a mesma não poderá negar nem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Sendo assim a Constituição Federal foi a primeira a incluir o direito a educação de forma explícita para todos inclusive aos com necessidades especiais. Portanto é necessário que a escola coloque em prática o que assegura a Constituição Federal, acreditando realmente que os educandos com necessidades especiais tenham capacidade de superar suas dificuldades no espaço escolar, e que possam mostrar seus valores e que o mesmo seja reconhecido pela sociedade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n ° 9.394/96 a LDB: “Entendese por Educação Especial, para os efeitos desta lei a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais.” (BRASIL, 1996).

A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade e as leis voltadas para a questão inclusiva são de extrema importância para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, bem como para a consolidação de uma política pública voltada para a inclusão não apenas escolar, mas também social das pessoas que ao longo da história viveram a margem da sociedade, privados de seus direitos cidadão.

A Lei Federal nº 10.098/00 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e da outras providências.

A Declaração Mundial de Educação para todos e Declaração de Salamanca: O Brasil fez opção pela opção pela construção de um sistema educacional para todos, firmada em Joentien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados

produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

A resolução SEE/MG nº 24, de 10.02.99, estabelece normas para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, mediante cooperação mútua entre a secretaria de Estado da Educação e as Instituições Especializadas sem fins lucrativos.

Lei nº 13.799/00 institui o conselho de Defesa dos direitos dos deficientes. Esse conselho tem como objetivos principais assessorar às pessoas com deficiência a garantia de seus direitos básicos e zelar pela promoção de sua habilitação e reabilitação, inclusive pela habilitação profissional e integração no mercado de trabalho.

Resolução CNE/CEB, nº 2, de 11.09.01, institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na educação Básica. Essa resolução é de extrema importância pois garante que o atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas. A Resolução acrescenta ainda que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Legislações são importantes dispositivos que devem converter –se em compromissos éticos – políticos de todos, porém não são esses dispositivos legais que definem, por si só, o projeto educacional, mas a forma como eles são operacionalizados na realidade escolar.

A força da legislação não tem sido suficiente para mobilizar a sociedade quanto à inclusão, que continua pesando e agindo apenas para a integração. O movimento internacional dos deficientes denuncia este modelo de integração que só aceita inserir na sociedade os deficientes considerados prontos ou quase prontos para conviver nos sistemas sociais. Com apenas pequenos ajustes como o adaptar calçados, banheiros, salas de aula para receber PNE capazes de acompanhar os demais.

2. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O grande desafio dos professores dessa e das próximas décadas será trabalhar a inclusão em sala de aula, receber alunos com deficiência e garantir o direito que eles têm de aprender e conviver em uma sala de aula regular, dentro dessa realidade muitos professores se veem como incapacitados diante do novo, a verdade é que sempre existe a resistência ao novo, sempre baseada na falta de experiências, no desconhecimento das capacidades dos alunos com deficiência e na dificuldade de elaborar novas metodologias de trabalho, o novo e o desconhecido deixam de possuir suas qualidades a partir do momento em que passam a ser utilizados e conhecidos, e esse é o desafio do professor do século XXI.

2.1 Formação Docente para a Inclusão

As reformas educacionais ao longo das últimas décadas têm exigido dos professores novas aptidões para atuação em sala de aula, principalmente no que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência na escola. Sabe-se que a formação docente sempre teve forte base na perspectiva de transmissão de conhecimentos, que durante muitos anos restringiu-se a prática docente do repasse de conteúdos de forma homogênea para uma turma de alunos totalmente heterogênea, com diferenças culturais, sociais e até mesmo de aprendizagem levando em conta que cada indivíduo tem de seu próprio tempo e ritmo de aprendizagem.

Na escola inclusiva o processo de ensino-aprendizagem passa a ser concebido como um processo individual e peculiar de cada aluno e não mais como um processo geral da classe. Essa percepção precisa ser entendida e seguida pelo professor, pois é o direcionamento de suas práticas didático-pedagógicas que irão de encontro à classe como um todo, mas também em cada indivíduo em particular.

Outro cuidado primordial se dá na identificação dos alunos com deficiência para que seja evitada qualquer forma de preconceito ou discriminação na escola. Sabe-se que as pessoas com deficiência ao longo dos séculos foram vistas como incapazes pela sociedade, ao adquirirem o direito à educação e passarem a frequentar a escola, muitos foram rotulados como crianças problemáticas, devido a falta de conhecimento de alguns

professores, a baixa expectativa do professor quanto ao desempenho do aluno com deficiência gera nele baixa auto estima e conseqüentemente pobre desempenho escolar.

Essas práticas de transmissão do conhecimento foram responsáveis pela formação de uma escola dualista que prioriza a aprendizagem dos “melhores” e condena à exclusão aqueles que não se enquadram nos estereótipos que a sociedade valoriza e não atingem com rapidez, por diversas causas, os conteúdos pragmáticos. Essas práticas aliadas a outros fatores como os problemas familiares e sociais produziram o fracasso escolar, medido através da evasão, repetência e o abandono à continuidade da escolarização. Um novo cenário educacional se forma, onde as velhas práticas não mais atingem os objetivos propostos, nem as necessidades da escola. Para Gadotti (2001, p.117):

Neste novo cenário da educação será preciso reconstruir o saber da escola e a formação do educador. Não haverá um papel cristalizado tanto para a escola quanto para o educador. Em vez da arrogância de quem se julga dono do saber, o professor deverá ser mais criativo e aprender com o aluno e com o mundo. Numa época de violência de agressividade, o professor deverá promover o entendimento com os diferentes e a escola deverá ser um espaço de convivência, onde os conflitos são trabalhados e não camuflados.

Na escola inclusiva o modelo hierarquizado, onde o professor é visto como o detentor do saber, bem como a educação que não se preocupa com as individualidades e com as vivências de seus alunos, dão lugar a um ambiente acolhedor, onde todos aprendem a respeitar as diferenças e construir a aprendizagem de forma significativa.

Dentro dessa perspectiva fica clara a necessidade de formação inicial e continuada que permita ao professor o desenvolvimento de competências e habilidades para trabalhar com as diferenças encontradas na escola, principalmente no contexto da inclusão, onde se faz prioridade o uso de metodologias diferenciadas para atingir o objetivo da mediação do conhecimento numa escola aberta à todos e que dê condições semelhantes aos que nela estão inseridos.

Iniciativas demonstram avanços na formação superior de professores, o número de docentes leigos atuando em sala de aula tem diminuído consideravelmente, mas é ironia pensar que apenas a formação inicial em nível superior vá garantir ao professor

condições para a atuação em sala de aula, é preciso um maior investimento nas formações continuadas o professor é um profissional que necessita de constante atualização. E quando se parte para a questão da escola inclusiva, a grande maioria não se sente preparada para ensinar a crianças com deficiências, sejam elas motoras, visuais, auditivas e principalmente intelectuais. Para Duk (2006, p. 22):

Hoje todos os países têm ações dirigidas à formação e atualização de professores e professoras, porém, estudos demonstram certo consenso quanto ao fato de, em geral, ainda serem poucas as mudanças nas práticas de ensino que podem ser consideradas significativas assim como não houve melhoria relevante na qualidade da aprendizagem para a maioria dos estudantes.

Diante de tais abordagens, percebe-se que a formação docente tem deixado a desejar, os investimentos educacionais precisam ser dirigidos de melhor modo à formação dos professores, pois a qualidade da educação depende proporcionalmente da qualificação dos profissionais que atuam na sala de aula diretamente com o aluno. E essas formações precisam ainda está dirigidas a temas ligados a inclusão, visando fá segurança ao trabalho docente com crianças deficientes, já não cabe em pleno século XXI trabalhar uma inclusão baseada na intuição dos professores, eles precisam de conhecimento teórico e prático para planejar suas ações e direcioná-las as necessidades educacionais dos alunos.

A construção permanente do conhecimento docente favorece as experiências educacionais para resolver situações que surgem no dia-a-dia da escola, nessa concepção os docentes precisam tanto de conhecimento científico como também do conhecimento pedagógico, fazendo desse modo um elo entre a teoria e a prática de se trabalhar inclusão em sala de aula.

É fato que a escola viu a inclusão como um grande desafio nos últimos dez anos, a grande dificuldade se deu pelo fato de que não houve uma preparação para receber todos na escola ao passo que o professor passou a atender esses novos alunos em sala de aula, ao mesmo tempo ele aprendia a fazer essa tarefa baseado muito mais na intuição e nas experiências vivenciadas do que em um conhecimento construído e sistematizado, e esse fato gera a insegurança quanto à qualidade do ensino que está sendo oferecido na escola.

Toda a escola precisa se preparar para a inclusão, se atualizar e incorporar as práticas inclusivas em seu Projeto Político Pedagógico. Desde os funcionários, a direção da escola e especialmente os professores devem sentir-se co-responsáveis pela formação cidadã dos alunos.

O movimento da escola inclusiva vai muito além apenas da inclusão física do aluno, mas se concerne na possibilidade da escola incorporar a idéia de atender esse aluno com qualidade de ensino, que ele não se sinta um fardo em sala de aula, mas sim um pequeno cidadão como os demais que a freqüentam respeitando e sendo respeitado nas suas diferenças. Nesse processo o professor precisa se capacitar e atualizar seus conhecimentos, renovando suas metodologias e isso as redes municipais e estaduais de ensino, bem como o governo federal precisam dirigir recursos para a formação e capacitação desses profissionais.

2.2 A importância da relação professor-aluno para a inclusão

Quando pensamos em educação automaticamente nos vem à memória duas figuras fundamentais para esse processo: O professor e o aluno. Possa até acontecer que a estrutura física de um ambiente escolar esteja comprometida, mas se nesse ambiente o professor e o aluno realizam com propriedade seus papéis o processo educativo pode ter sucesso, em compensação se existir uma escola com toda a estrutura física adequada mas faltarem esses dois elementos fundamentais não haverá educação. Tendo como base tal pressuposto observa-se a importância da relação Professor-Aluno para o desenvolvimento do processo e aprendizagem, e nesse caso não se fala de uma relação meramente de ensinar e aprender, mas sim de um compromisso com a aprendizagem do aluno e isso inclui preocupação com os elementos que estão interferindo negativamente par a tal processo.

A escola é um ambiente propicio para a aprendizagem, e o professor e o aluno são os sujeitos que manipulam e interagem com os objetos de aprendizagem. A sala de aula é um ambiente heterogêneo complexo, onde se manifestam inúmeros sentimentos e atividades. É diante de tal diversidade que o professor lida com os alunos e com o processo de inclusão, o trabalho do educador visa não apenas para transmitir conhecimentos, mas principalmente para aceitar as diferenças e reconhecer que cada um tem muito a ensinar e também a aprender com o outro. Por isso, é através dessa

interação que pode-se construir um ambiente socializador e conseqüentemente favorável a aprendizagem.

A relação professor-aluno é de suma importância para o processo de aprendizagem das crianças com deficiência, visto que a figura do professor não é mais a de um mero repassador de conteúdos, mas sim de um facilitador do processo de aquisição do conhecimento, durante muitas décadas existiu a concepção de que o professor era o “detentor do saber” que aos poucos e metodicamente era transferido para os alunos. Mas essa concepção mudou, estudiosos da educação comprovam que o processo de ensinoaprendizagem não é apenas uma transferência de conhecimentos, mas também um processo de troca de experiências e que juntos o professor e o aluno vão descobrindo os objetos de aprendizagem. Fierro (2004, p.199) aborda o tema enfatizando que:

A pessoa com deficiência costuma ter uma grande dependência afetiva e comportamental com relação a outras pessoas. Tal dependência é herdeira ou mais do que isso, a forma duradoura do apego, um vínculo primordial nos primeiros anos da infância, vinculo este estabelecido antes de tudo com a mãe e depois com outras figuras adultas protetoras.

A questão da aprendizagem do aluno não se focaliza apenas na figura do professor apesar desse ser um importante aliado na aprendizagem como facilitador, a relação desenvolvida entre ambos dá segurança ao aluno e fortalece sua autoestima para aprender.

Coll (1996, p.95) afirma que:

Os alunos formam seu próprio conhecimento por diferentes meios: por sua participação em experiências diversas, por exploração sistemático meio físico ou social, ao escutar atentamente um relato ou uma exposição feita por alguém sobre um determinado tema, ao assistir um programa de televisão, ao ler um livro, ao observar os demais e os objetos com certa curiosidade e ao aprender conteúdos escolares propostos por seu professor na escola.

A escola deve ser estimulante para o aprender, sendo que, a função básica dos profissionais da área de educação, incluindo professores e a equipe de apoio pedagógico deve ser: melhorar as condições de ensino para o crescimento constante do processo de

ensino-aprendizagem e assim prevenir dificuldades na produção escolar, fornecer meios dentro da escola, para que o aluno possa superar dificuldades na busca de conhecimento anteriores ao seu ingresso na escola, atenuar, ou no mínimo contribuir para não agravar os problemas de aprendizagem nascidos ao longo da história pessoal do aluno e de sua família.

Essas necessidades educativas especiais não abordam apenas os aspectos internos da criança, mas também se refere ao ambiente educativo e sua inter-relação; pois aprendizagem é um processo construtivo que requer diversas condições internas e externas para se obter sucesso.

Nessa perspectiva Sousa (2010, p.6) afirma:

A necessidade de amor e participação expressa o desejo de todas as pessoas de se relacionarem afetivamente com os outros de pertencerem ao grupo. A necessidade de estima nos leva-nos a procurar uma valorização e reconhecimento por parte dos outros. Quando essa necessidade é satisfeita, sentimos confiança em nossas realizações, sentimos que temos valor para os outros, sentimos que podemos participar da comunidade e ser úteis. Em caso contrário, sentimo-nos inferiorizados, fracos e desamparados. O sucesso ou fracasso do aluno, na escola, depende de sua auto-estima e confiança que tem em si mesmo.

É na figura do professor que o aluno muitas vezes tem seu melhor exemplo, a própria relação do professor com o aluno é cercada de afeto principalmente nos primeiros anos da educação infantil e do ensino fundamental e representa para o aluno confiança e exemplo. O professor que é vocacionado para o ensino tem em sua alma a paixão e desejo de que seus alunos aprendam e compartilhem seus saberes até com ele mesmo, tem afeto não só pelo aluno, mas também pelo processo de aprendizagem.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NECESSIDADES E DESAFIOS

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade na educação brasileira é grande o número de crianças e jovens: meninos e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências. Esses apesar de estarem matriculados nas escolas regulares, não têm condições de permanecer e receber um ensino adequado às suas necessidades. Construir uma escola inclusiva é o grande desafio da atualidade.

3.1 A necessidade da construção de uma Escola Inclusiva

A educação Inclusiva tem uma visão ampla que rompe com o paradigma de colocar a criança na escola, ou seja, não basta garantir o direito ao acesso à escola, mas sim dar-lhe também suporte, condições para sua permanência e efetiva aprendizagem. Esse modelo de educação busca incluir pessoas que foram ao longo da história excluídos do meio social e da escola por não estarem dentro dos padrões exigidos pela sociedade. “A sociedade é quem rotula e conseqüentemente trata diferencialmente os indivíduos que as possuem.” (GLAT, 1998).

Estar fora dos padrões que a sociedade tem como consequência a exclusão, pois as diferenças assustam e incomodam a sociedade. É importante perceber que a inclusão, não se trata apenas de um conjunto de decisões que implicam em conceber uma convivência dos “diferentes” na sociedade, não basta garantir a presença de todos os tipos de pessoas na escola, implica na mudança da concepção da superioridade de um ser humano sobre outro. Quando se tem plena consciência do que significa a inclusão, nas suas necessidades e desafios, existe uma mudança de comportamento diante do diferente, pois a inclusão não admite exceções, não separa, não classifica as pessoas por sua cor, raça, etnia ou classe social.

Dentro dessa perspectiva a escola é a instituição ponto de partida para que outras instituições e a própria sociedade possam se tornar inclusivas respeitando as diferenças. A escola ao alterar seus princípios causa uma mudança de perspectiva educacional.

Werneck (1997, p.58) destaca que a inclusão é uma forma de acabar com o preconceito, valorizar as diferenças ao invés de criticá-las.

Para a transformação da ideia de inclusão na sociedade, é preciso que comece na escola uma transformação do pensamento, uma abertura ao diferente, vendo o outro como um cidadão que tem suas próprias peculiaridades, e é na escola que pode permitir uma melhor convivência, a garantia ao acesso a uma educação de qualidade, uma escola aberta a todos, onde todos tenham vez e voz, alcançando assim um processo de democratização da sociedade.

Uma escola inclusiva zela pelo princípio de igualdade garantido pela Constituição Federal. Ela oferece igualdade na oferta de condições e oportunidades para que o cidadão possa desenvolver suas competências, construir seu conhecimento e participar ativamente na sociedade.

O perfil de uma escola inclusiva é aquela que tem como objetivo acolher a todos os estudantes seja eles crianças, adolescentes, jovens ou adultos, independentemente de suas condições pessoais, econômicas, sociais ou culturais, sem qualquer tipo de exclusão.

A escola que pretende ser inclusiva deve ter um perfil voltado à valorização das diferenças vendo a diversidade humana como um recurso para o crescimento coletivo. Essa escola precisa adaptar-se à diversidade dos alunos em todos os seus aspectos, suas características, capacidades e necessidades. Não pode faltar em seu perfil o comprometimento com a oferta de oportunidades e condições iguais para todos os alunos que tiverem acesso à escola.

Nessa escola inclusiva todos os alunos aprendem juntos, têm suas individualidades respeitadas, o que os identificam enquanto sujeitos histórico-culturais, mas é em meio à diversidade que eles participam do processo ensino-aprendizagem, sem exigências para o acesso à escola e livres do olhar discriminatório sob qualquer aspecto que possuem. Duk (2005, p. 59) aponta:

[...] a promoção da inclusão implica na identificação e minimização de barreiras à aprendizagem e participação, e na maximização dos recursos que apoiam ambos os processos [...] o não reconhecimento da diversidade como um recurso existente na escola e o ciclo construído pela rotulação, discriminação e exclusão do estudante, contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las.

Analisando o pensamento acima exposto observa-se que a escola não pode enfatizar as diferenças, mas sim buscar minimizar as barreiras que impedem o desenvolvimento da aprendizagem. As diferenças existem por isso a escola precisa buscar ofertar igualdade de condições para compensar os desníveis, utilizando um contexto escolar comum a todos, adequado a diferentes situações de aprendizagem.

A absorção e aquisição do conhecimento acontecem de formas distintas e variam de aluno para aluno; sendo assim cada um possui uma maneira própria de aprender e a escola inclusiva trabalha sua compreensão a partir dessa afirmativa e é determinante nos resultados da aprendizagem, criar métodos que promovam a aprendizagem de todos, sem distinção minimiza as diferenças enfrentadas na escola.

A comunidade escolar precisa ter e desenvolver uma consciência crítica e reflexiva onde as atitudes de aceitação e valorização da diversidade façam parte da rotina de todos que a compõem. Inclusive na formulação e implementação de uma Proposta Pedagógica que contemplem a diversidade dando uma atenção e enfoque especial. Assim, partindo da compreensão de que a escola deve ser um ambiente propício à aprendizagem e adequado às finalidades da educação de formar cidadãos críticos e conscientes, o PPP é um importante instrumento que auxilia na consolidação das condições favoráveis à aprendizagem, pois nele estão planejadas ações que visam o bom funcionamento da escola e o engajamento de todos os membros da comunidade escolar, que buscam a efetivação das ações desenvolvidas na escola. Mantoan (2006, p. 46) afirma:

Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas serão revistos e modificados com base no que for definido no Projeto Pedagógico de cada escola. Sem os conhecimentos levantados por esse projeto, é impossível elaborar currículos que reflitam o meio sociocultural do aluno.

Dentro desse projeto educacional o gestor escolar deve direcionar sua liderança para que a organização da escola esteja direcionada a convivência com as diferenças, e a formulação de objetivos comuns. Para se tornarem concretos, esses objetivos, passam pela organização do corpo docente, que precisam estar em consonância diante à adoção dos métodos e técnicas a serem utilizados no processo de aprendizagem. Desenvolver um currículo amplo, porém que tenha equilíbrio com a realidade educacional da escola e que ofereça condições de se adequar as necessidades do aluno.

O próprio ambiente escolar ao promover a interação e a participação de todos os alunos contribui para a inclusão. Esse ambiente pode se estender aos pais e comunidade escolar, desse modo estará exercendo uma influência positiva na comunidade escolar, quebrando estigmas de exclusão que se perpetuam na sociedade. A influência da escola promoverá a elaboração dos pais e comunidade na construção de uma escola democrática e inclusiva.

A sala de aula na educação inclusiva, precisa estar adequada para atender à diversidade das necessidades. As aulas quando planejadas adequadamente trazem conteúdos e atividades acessíveis a todos os alunos. Lembrando que não se pode esquecer a promoção de atividades que trabalhem a valorização das diferenças dentro da sala de aula, na escola e na sociedade.

O papel do docente nessa escola é fundamental na escolha e aplicação do modelo de avaliação, onde deverá prevalecer uma avaliação que estimule e valorize os avanços. A disciplina na escola inclusiva se baseia na promoção do respeito mútuo.

Os sistemas educacionais, no desenvolvimento práticas pedagógicas ultrapassadas e sem visão ampla, muitas vezes favorecem e estimulam a discriminação e a exclusão social. Quando o Estado, em nome da autonomia e da diversidade, oferece um ensino cada vez mais pobre, com um currículo mínimo “contextualizado” à ausência de informações, à carência de recursos econômicos e financeiros e também de recursos culturais, os setores dirigentes, estão na verdade, reforçando as desigualdades sociais.

Tais políticas contribuem para que a exclusão social e econômica se mantenha e se aprofunde porque aos alunos não é oferecida outra expectativa de futuro que não seja aquela que ele já conhece. Dentro desse ponto de vista, é possível perceber que a inclusão tem caminhos muito profundos e que estar muito além de apenas garantir o

acesso de todos à escola. É preciso que seja repensada toda uma estrutura educacional a qual durante séculos foi aplicada na sociedade, e partir para intervenções práticas, que possibilitem não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade de ensino para todos.

3.1 O desafio de implantar a Educação Inclusiva na escola regular

A inclusão de pessoas com deficiência nas redes regulares de ensino, não se restringe apenas a uma questão política educacional, mas tem seu cunho ligado a busca de uma política social que permita o gozo dos direitos cidadãos a todos. Entretanto a escola atual necessita de mudanças radicais para atender os reais objetivos da educação. Para Mittler (2003, p. 25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, as avaliações, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação.

Como se pode observar nas palavras do autor, as mudanças incluem todos os âmbitos que compõem a escola, se caracterizando como uma verdadeira reforma cujo objetivo é o acesso e a permanência de todos na escola. Essa reforma vai muito além da estrutura física da escola e da abertura de vagas para pessoas com deficiência, pois abrange aspectos didáticos, pedagógicos e metodológicos que norteiam as atividades educacionais.

O tema inclusão tem sido alvo de debate por muitos estudiosos, visto que o sistema educacional pretende incluir crianças com necessidades educativas especiais em salas de aula regulares. As crianças com deficiência ao longo da história foram tidas como incapazes de aprender, mas existe hoje a busca por uma nova realidade onde as escolas se tornam inclusivas com direito de acesso a todos e ela hoje tem o legítimo direito de estudar.

Os educadores deste novo século se deparam com salas repletas de alunos e entre esses alunos estão presentes cada vez mais as crianças com deficiências, elas têm por

direito um lugar na sala de aula e os professores precisam estar preparados para recebê-las, acolhe-las, e acima de tudo entendê-las como capazes, porém com limitações naturais.

As pessoas com deficiência sejam elas físicas ou intelectuais, ao longo dos séculos sofreram diversos tipos de preconceitos, viveram durante muito tempo de forma segregada, vistos como incapazes, sem inteligência, sem direito de frequentar a escola e de participar de qualquer segmento da sociedade. Mas nas últimas décadas, através dos esforços dos movimentos sociais humanistas, bem como de uma mudança na visão de muitos teóricos que apontaram uma educação de qualidade para todos, direitos iguais para todos os cidadãos muitos avanços foram conquistados.

Graças a estudos e essas reivindicações surgiu o conceito de escolas inclusivas, abertas a todos, independentemente de sua condição física ou intelectual. Marchesi (2004, p.15) descreve as escolas inclusivas da seguinte maneira:

O conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa de seus direitos à integração e na necessidade de promover uma profunda reforma nas escolas, que torne possível uma educação de qualidade para todos eles sem nenhum tipo de exclusão.

Durante muito tempo existiu uma concepção onde as deficiências eram entendidas como uma situação interna do aluno, onde a escola nada podia fazer para um melhor desenvolvimento da aprendizagem, mas estudos comprovam que apesar das dificuldades naturais, até mesmo as crianças com déficit mental podem aprender. Essa é uma capacidade que pode ser favorecida por uma escola com melhores condições de atendimento e a interação com outras crianças. E esse foi um dos pontos que reforçou a crença em que uma escola inclusiva proporcionará melhores condições de aprendizagem para essas crianças.

As escolas inclusivas têm como característica uma sensibilidade maior para o direito de estudar dessas crianças, a partir de uma nova concepção perante as deficiências, as crianças passam a serem recebidas nas salas de aula, mas pouca coisa tem sido feita no sentido de preparar e capacitar o professor para atender e ensinar adequadamente a essas crianças.

A deficiência constitui-se de uma condição permanente para quem a possui, suas causas geralmente estão relacionadas a problemas na gestação e formação do feto, bem como no nascimento, mas essa não é uma condição que impeça a crianças de aprender, apesar das evidentes limitações que elas possuem, em inúmeros casos a inteligência não é afetada por completo, apenas precisa ser trabalhada de forma diferente e que atinja suas necessidades educativas especial.

Tendo conhecimento disso uma escola inclusiva valoriza cada detalhe acrescentado a aprendizagem dessas crianças, pois por menor que sejam esses detalhes representam grandes avanços no processo de aprendizagem da criança. Quando elas passam a interagir com outras crianças passa a existir um vínculo natural que torna o ambiente escolar mais propício à aprendizagem. Porém esse processo de inclusão requer da escola e de todos que a compõe uma nova forma de ver a deficiência mental, percebendo essas crianças como seres humanos capazes, dentro de suas limitações, de aprender e desenvolver habilidades muitas vezes subestimadas. Fierro (2004, p.199) aborda o tema enfatizando que:

Quando respeito não está presente nessa relação aluno-escola essa experiência de inclusão pode causar graves frustrações para a criança, elas são mais sensíveis se apegam à figuras protetoras da escola, o apego sentimental da criança com deficiência mental, tenta suprir necessidades de apoio e afeto nos diferentes aspectos da vida.

A pessoa com deficiência costuma ter uma grande dependência afetiva e comportamental com relação a outras pessoas. Tal dependência é herdeira ou mais do que isso, a forma duradoura do apego, um vínculo primordial nos primeiros anos da infância, vínculo este estabelecido antes de tudo com a mãe e depois com outras figuras adultas protetoras.

A escola inclusiva aponta para a necessidade de prezar por uma educação de igualdade onde todos, até mesmo as crianças com deficiência mental sejam capazes não apenas de aprender, mas também garantir-lhes o direito a uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado observa-se que a inclusão se constitui como um desafio para a escola e muito maior para o professor, já que esse precisa se atualizar e se capacitar para ensinar com qualidade e propriedade os alunos com deficiência. Tendo em vista que o direito à educação está previsto na constituição e a inclusão de pessoas com deficiência está amparada em marcos legais.

Como a lei garante a obrigatoriedade, gratuidade, igualdade e permanência do aluno na escola; a escola recebe estas crianças, com o intuito de valorizar o ser humano, e por fim a exclusão destas pessoas.

Inclusão significa aceitar e ser aceito, reconhecer, valorizar o outro como a si mesmo. A instituição escolar precisa de parceria para trabalhar esta questão tão importante nos dias atuais. Isto é do engajamento de professores e pais no processo de educação.

Acredita-se que a inclusão seja um desafio possível, desde que todos os envolvidos lutem por esta causa tão nobre. A inclusão precisa ser estruturada na Proposta Pedagógica da Escola, pois, com isso estabelece resoluções na prática de ensino, partindo das análises, reflexões e sugestões expostas pela comunidade escolar em comum acordo com a fundamentação do estabelecimento de ensino, objetivando a realização de atividades que aproxime as crianças com deficiência do mundo moderno, dando-lhe uma visão plurissignificativa no contexto Sócio-Político Econômico e Cultural.

A inclusão terá êxito desde que aja a integração da comunidade escolar com a família, buscando um trabalho que tenha como foco o aluno, enfatizado ainda mais a valorização do educando, oferecendo a oportunidade de moldar sua própria realidade, partindo de princípios educacionais, oportunizando-o não só quando lhe atribui valores culturais, mas também quando estes ficam ausentes, indagando os motivos que impedem a promoção do mesmo.

Estar matriculado e freqüentar as salas de aula regulares permitem ao aluno sair do isolamento de sua deficiência e ser tratado com igualdade de oportunidades. As Escolas Especiais estigmatizadas durante as décadas pela sociedade dão lugar à escolas regulares, que deverão estar preparadas fisicamente e metodologicamente para receber as diferenças, as deficiências. Com a inclusão, as crianças vão ter a oportunidade de aprender a compreender forma organização do mundo. A inclusão é uma ferramenta muito importante que contribui

para construção a identidade social da criança. É através de iniciativas inclusivas que os alunos desenvolvem sua criatividade e suas habilidades para mudar o seu próprio futuro. Quando incluídas no sistema regular de ensino o educando precisa receber orientações de como se socializar com outras crianças, adquirindo experiências que enriquecem suas capacidades afetivas e motoras.

A criança se sente excluída da escola quando não consegue desenvolver seu potencial e o professor tem que estar atento a tais problemas. A criança se sente excluída da escola quando não consegue desenvolver seu potencial e o professor tem que estar atento a tais problemas.

Outro ponto importante se dá no papel do professor na inclusão, na importância da relação professor-aluno para o desenvolvimento das crianças com deficiência na escola. É através dessa relação que se pretende constatar, se o que produz na relação professor-aluno é desenvolvido nas ações do conhecimento. Normalmente não são levadas em conta as diversas variáveis que implicam nas relações interpessoais entre professores e alunos, apenas o aluno é visto como agente passivo no processo; ignorar tal problemática seria um suicídio no ato de educar, pois caberia a cada agente envolvido neste processo educacional, procurar os desajustes.

Partindo desta concepção fica claro que a relação professor-aluno é cercada de um ato afetivo, e que ela contribui para a prática educacional com crianças com deficiência, no fortalecimento das relações, na conquista da auto estima e na construção de um vínculo que permita ao professor conhecer as necessidades de seu aluno e assim dirigir melhor seu trabalho pedagógico e passe a ter uma influência coerente no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete –**Saberes e praticas da inclusão**. Brasilia; Ministerio da Educação Especial 2005

BRASIL, “LEI n.º 9394, de 20.12.96, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**”, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL.
Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **ENSAIOS PEDAGÓGICOS. Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília 2005.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia- **Educação Infantil; Saberes e praticas da inclusão; dificuldade de comunicação** 2006.

CARVALHO, Rosita Elder. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais** v.3. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade : material de formação docente**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FIERRO, Alfredo. MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed Porto Alegre: Artmed, 2004.

GADOTTI, Moacyr. ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4 ed. Guia da escola cidadã. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2001.p.117.

GLAT, R. **Refletindo sobre o papel do psicólogo no atendimento ao deficiente mental**: além do diagnóstico. Revista de Psicologia Social e Institucional. v. 1, n. 1, UEL, jan/1999.

MACHADO, Adriana. **Educação inclusiva**: de quem e de quais práticas estamos falando? In: BAPTISTA, C. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2006.

MANTOAN, Maria teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado-Deficiência Mental**. São Paulo: 2007 MEC/SEESP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

_____. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Atendimento educacional especializado: Deficiência Mental. São Paulo: MEC / SEESP, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Inclusão: o paradigma do século 21. In: BRASIL. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Brasília, DF, ano 1, n.01, p. 19-23, 2005

SOUSA, Maristela Marzochio Sousa. **A afetividade e aprendizagem ao longo de desenvolvimento humano**.

WERNECK, C. **Ninguém é vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva** – Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.